



**Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura**

## **TERMOS DE REFERÊNCIA**

**EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS PARA IMPLANTAÇÃO DO  
ABATEDOURO DE CAPRINOS E OVINOS, NO SÍTIO VOLTA DAS PEDRAS II,  
ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE DORMENTES, ESTADO DE PERNAMBUCO.**

**OUTUBRO/2018**

**ÍNDICE**

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO .....	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES .....	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO. ....	5
4.	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO .....	5
5.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	5
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO .....	6
7.	PROPOSTA FINANCEIRA.....	6
8.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	9
9.	ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA OU ESTIMATIVA DE CUSTO, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA. ....	10
10.	PRAZO DE EXECUÇÃO .....	11
11.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO .....	11
12.	REAJUSTAMENTO.....	12
13.	FISCALIZAÇÃO.....	13
14.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS .....	15
15.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO.....	16
16.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	16
17.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA .....	18
18.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF .....	22
19.	CONDIÇÕES GERAIS .....	23
20.	ANEXOS.....	23

**TERMOS DE REFERÊNCIA****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

- 1.1. O objetivo destes Termos de Referência é o estabelecimento de normas, critérios, condições contratuais principais e o fornecimento de todas as informações que permitam a elaboração de edital, apresentação de propostas e, posteriormente, a celebração de contrato para execução das obras e serviços de implantação do abatedouro de caprinos e ovinos do município de Dormentes, no estado de Pernambuco.

**Lote único**

Município: Dormentes/PE.

Local de execução do objeto: 3,2 Km da Sede do município.

**2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES**

Nestes Termos de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

**CODEVASF** – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério da Integração Nacional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF.

**LICITANTE** – Empresa habilitada para apresentar proposta.

**CONTRATO** – Documento, subscrito pela CODEVASF e a licitante vencedora do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.

**CONTRATADA** – Empresa licitante selecionada e contratada pela CODEVASF para a execução dos serviços.

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA** – Tipo de norma destinada a fixar as características dos serviços, condições ou requisitos exigíveis para matérias primas, produtos semifabricados, elementos de construção, materiais ou produtos industriais semifabricados. Conterá a definição do serviço, descrição do método construtivo, controle tecnológico e geométrico e norma de medição e pagamento.

**FISCALIZAÇÃO** – Equipe da CODEVASF atuando sob a autoridade de um Coordenador, indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

**DOCUMENTOS DE CONTRATO** – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termos de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução dos serviços.

**DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES** – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos nos Termos de Referência.

**PROJETO BÁSICO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilita a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- I. desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global do empreendimento e identificar seus elementos constitutivos com clareza;

- II. soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a restringir a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de implantação do empreendimento a situações devidamente comprovadas em ato motivado da administração pública;
- III. identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à implantação do empreendimento, bem como especificações que assegurem os melhores resultados para o mesmo;
- IV. informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a implantação do empreendimento;
- V. subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da implantação do empreendimento, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso, exceto, em relação à respectiva licitação, na hipótese de contratação integrada;
- VI. orçamento detalhado do custo global da implantação do empreendimento, fundamentado em quantitativos de serviços e fornecimentos propriamente avaliados.

**PROJETO EXECUTIVO** – Conjunto de elementos necessários e suficientes à execução completa dos espaços e ambientes destinados ao recebimento, movimentação interna, descarga e guarda (currais) de animais (caprinos e ovinos) vivos, bem como circulação interna dos animais ao local de sensibilização pré-abate, que apresentam equipamentos capazes de proporcionar abate humanizado e indolor, para em seguida dar início às etapas de sangria, separação da pele, cortes, separação de miúdos (vísceras brancas e vermelhas).

O projeto e equipamento (abatedouro) apresentam ambientes capazes de proporcionar inspeção visual dos animais antes e após o abate, à identificação de alguma inconformidade que poderá representar o descarte da carcaça.

O projeto apresenta fluxo de movimentação de pessoas, cargas e equipamentos no interior do equipamento (abatedouro), de maneira racional, eficiente e econômica.

**PROPOSTA FINANCEIRA** – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

**PLANO DE TRABALHO** – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

**CANTEIRO DE OBRAS** – Local onde serão implantadas as estruturas fixas e/ou móveis do empreiteiro, com vistas a apoiar suas atividades de execução das obras. Nestas estruturas estarão incluídas as instalações para as equipes de supervisão e eventualmente do pessoal de acompanhamento e controle da CODEVASF.

**OBRAS E SERVIÇOS** – São todas as atividades relativas à execução das obras civis, de fabricação, de fornecimento, de instalação e montagem de equipamentos.

**COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT)** – É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do projeto executivo com as alterações e modificações havidas durante a execução da obra (desenhos, listas, planilhas, etc.).

**REUNIÃO DE PARTIDA** – Reunião com as partes envolvidas, contratada e CODEVASF, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução do projeto executivo e das obras.

**3ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL** – 3ª Superintendência Regional da CODEVASF, localizada no município de Petrolina/PE, no seguinte endereço:

R. Presidente Dutra, n.º 160 - Centro  
CEP: 56.304-914 – Petrolina – PE

Fone: (87) 3866-7702

Fax: (87) 3866-7770

E-mail: [3qb@codevasf.gov.br](mailto:3qb@codevasf.gov.br), [3super@codevasf.gov.br](mailto:3super@codevasf.gov.br)**3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.**

- 3.1. Forma de Realização: Licitação Eletrônica.
- 3.2. Modo de Disputa: Aberto.
- 3.3. Regime de Execução: Empreitada por preço unitário.
- 3.4. Valor Estimado: Público.
- 3.5. Critério de Julgamento: Maior desconto.

**4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO**

Localização do município (Mapa extraído do Google Maps – 2018)

**Lote único**

Município: Dormentes/PE.

Localizado a 150 km do município de Petrolina/PE e a 719 km do município de Recife/PE.

Acesso: BR-407 e BR-232 com PE-555, respectivamente.

**5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS**

- 5.1. Os serviços serão desenvolvidos de acordo com as normas, projetos, especificações de serviços estabelecidos pela CODEVASF e pela ABNT – Associação Brasileira de Normas Técnicas.
- 5.2. O objeto do presente certame licitatório compreende basicamente os seguintes serviços:
  - a) Mobilização e desmobilização;
  - b) Administração local e manutenção de canteiro de obras;
  - c) Reservatórios (apoio e elevado);
  - d) Subestação área;
  - e) Infraestrutura de fundação, superestrutura (alvenaria), fechamentos, acessos, esquadrias;
  - f) Currais;
  - g) Esterqueira e ETE (estação de tratamento de esgoto);
  - h) Pavimentação, cercas e área verde;
  - i) Fornecimentos.

- 5.3. A descrição detalhada, quantitativos dos materiais, obras e serviços, objeto destes Termos de Referência constam das Especificações Técnicas, Desenhos e Planilha de Orçamentação de Obras, presentes nos Anexo V e Anexo VIII.

## **6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente e compatível com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do Edital e seus anexos.

### **6.2. CONSÓRCIO**

- 6.2.1. Não será permitida, na presente licitação, a participação de empresas em consórcio, tendo em vista, que o objeto em questão não é considerado de alta complexidade ou vulto, sendo, portanto, improvável a geração de algum fator técnico, operacional ou econômico, que venha privar a participação de empresas consideradas do ramo para execução do presente objeto.

### **6.3. SUBCONTRATAÇÃO**

- 6.3.1. Será permitida a subcontratação de serviços auxiliares (pavimentação, fechamento, pinturas, topografia etc...) com anuência prévia da fiscalização da CODEVASF.

### **6.4. VISITA AO LOCAL DAS OBRAS**

- 6.4.1. A visita aos locais de prestação dos serviços NÃO será obrigatória, porém, recomenda-se às licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um engenheiro civil, indicado pela licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.
- 6.4.2. É de inteira responsabilidade da licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.
- 6.4.3. Os custos de visita aos locais das obras/serviços correrão por exclusiva conta da licitante.
- 6.4.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executadas as obras/serviços as licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura da CODEVASF, em Petrolina/PE (3ª/GRD), no telefone: (87) 3866-7744.
- 6.4.5. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo III desse TR), através dos seus prepostos, sendo condição indispensável para participação na licitação, mediante a apresentação da declaração.

## **7. PROPOSTA FINANCEIRA**

- 7.1. A Proposta Financeira deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus Anexos constitutivos.



7.2. A Proposta Financeira constitui-se dos seguintes documentos:

- a) O Termo da Proposta (Anexo II) deverá constituir-se no primeiro documento da Proposta Financeira, contendo o valor global para a execução do objeto desta licitação e o respectivo desconto ofertado pela licitante sobre o preço global de referência da CODEVASF, devidamente assinado pelo representante legal da licitante, e com prazo de validade que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias corridos, contados a partir da data estabelecida para a entrega da proposta, sujeita à revalidação por idêntico período. O Termo deverá conter ainda os seguintes dados:
- Nome e endereço completo da licitante, e-mail, site, número de telefone, fax, endereço, CNPJ e qualificação (nome, estado civil, profissão, CPF, identidade e endereço) do dirigente ou representante legal, este mediante instrumento de procuração, que assinará o contrato no caso da licitante ser a vencedora;
- b) Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Resumida), devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Resumida) – Anexo VII, que é parte integrante deste certame licitatório, observando-se os preços orçados pela CODEVASF, nos quais será incidido linearmente o percentual de desconto ofertado pela licitante.
- c) Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Detalhada) com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada) – Anexo VIII, que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela CODEVASF, nos quais deverá ser incidido linearmente o percentual de desconto ofertado pela licitante.
- Junto com a proposta, as Planilhas de Custos Resumida e Detalhada da Licitante deverão ser apresentadas em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre em CD-ROM), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
  - As Planilhas de Custos Resumida e Detalhada da Licitante deverão ser preenchidas e assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966.
  - Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço num mesmo lote.
  - A licitante precisa apresentar a composição do BDI (bônus e despesas indiretas), tanto pra serviços, quanto fornecimentos.
- d) A licitante de melhor proposta classificada deverá preencher os formulários de composição de preços unitários, impressa em formulário próprio, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.
- A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre em CD-ROM), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
  - A licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante (Planilha Detalhada);
  - A licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;
  - No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta da Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;
  - A licitante deverá apresentar nas composições, os vínculos entre os insumos, coeficientes de produtividade e preço final do serviço, estando este, vinculado à

planilha detalhada e resumida, de sorte a facilitar a análise e detecção de equívocos, por parte do analista responsável pela conferência da planilha da licitante.

- As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.

e) Detalhamento dos Encargos Sociais (Quadro PO-XIV) – Anexo IV.

- Encargos Sociais distintos para mensalistas e outro para horista.

f) Detalhamento do BDI (Quadros PO-XV) – Anexo IV.

- Um quadro para o fornecimento de materiais e equipamentos (Quadro PO-XVb) e outro para os serviços (Quadro PO-XVa), sob pena de desclassificação da proposta;
- No preenchimento dos Quadros – Detalhamento do BDI, a licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda da obra;
- Deverá ser considerado no BDI, o ISS do município onde será executada a obra. No caso de serviços que abrangem municípios distintos, para definição do ISS médio, deverá ser calculado com base na legislação de cada município e verificação de seu respectivo peso no volume dos serviços;
- Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Preços da licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- No detalhamento do BDI – Quadros PO-XV, não deverá constar do item “Despesas Financeiras” a previsão de despesas relativas aos dissídios;
- Os custos referentes aos serviços de Administração Local e Manutenção do Canteiro (AM) não poderão ser considerados como despesas indiretas e, portanto, não deverão constar do BDI. A licitante deverá apresentar um montante global específico para os serviços de “AM” na Planilha de Custos do Valor da Proposta, onde deverão estar contemplados os itens transporte de pessoal, mão-de-obra, ferramentas, medicina e segurança do trabalho, seguros, alimentação do pessoal, veículos e equipamentos, outros materiais diversos, controle tecnológico, comunicação e energia, etc., devendo observar os quantitativos mínimos necessários ao atendimento do escopo do Termo de Referência.

g) Cronograma Físico-Financeiro dos itens principais da planilha orçamentária constantes na descrição geral dos serviços, obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme o subitem 10.1 deste TR.

7.3. A Proposta Financeira deverá ser datada e assinada pelo representante legal da licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Orçamento de Obras da CODEVASF, nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da obra, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão inclusas no valor global ofertado.

7.4. Os custos máximos da mobilização e desmobilização de pessoal, máquinas e equipamentos e da instalação do canteiro de apoio das obras/serviços, bem como da construção de instalações permanentes e/ou provisórias serão aqueles constantes da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada) – Anexo VIII, e que integram o presente edital.

7.5. A licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de execução das obras/serviços, avaliando-se todas as



suas dificuldades, pois os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da licitante vencedora.

- 7.6. A licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão de obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução das obras e serviços de engenharia, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

## **8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO**

### **8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

8.1.1. A Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA), através de certidão, demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto do presente Edital;
- b) DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (conforme subitem 6.4.5 e Anexo III) informando que tem conhecimento do local onde serão executadas as obras e serviços de engenharia, emitida pela própria licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- c) Atestado(s) de capacidade técnica, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que a licitante tenha executado serviços em obras de esgotamento sanitário ou obras similares de porte e complexidade ao objeto desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo (caracterizados pelas parcelas de maior relevância técnica e de valor significativo), com os seguintes quantitativos mínimos:

DORMENTES/PE		
ITEM	SERVIÇO	QUANTIDADE
1.0	Alvenaria de vedação com blocos cerâmicos vazados, de 9x19x19 cm, espessura 9cm,	1.260,00 m <sup>2</sup>
2.0	Aplicação manual de pintura, com tinta látex acrílica em paredes, com duas demãos.	2.090,00 m <sup>2</sup>
3.0	Fornecimento, dobragem e colocação de ferragem.	8.230,00 Kg
4.0	Assentamento de guia (meio-fio) em concreto pré-fabricado, dimensões 100x15x13x30 cm.	730,00 m
5.0	Chapisco aplicado em alvenaria e estruturas de concreto, argamassa traço 1:3	2.870,00 m <sup>2</sup>
6.0	Concreto usinado, Fck maior ou igual a 15MPA	97,00 m <sup>3</sup>
7.0	Contrapiso em argamassa, traço 1:4, preparo em betoneira, espessura 3 cm	844,00 m <sup>2</sup>
8.0	Emboço para revestimento de cerâmica, em argamassa traço 1:2:8, espessura 20mm	1.890,00 m <sup>2</sup>
9.0	Escavação mecanizada de solo em 1ª categoria	5.170,00 m <sup>3</sup>
10.0	Execução de via, em piso Inter travado, com bloco retangular de 20 x 10 cm, espessura 10 cm.	1.520,00 m <sup>2</sup>
11.0	Execução de aterro compactado, com controle tecnológico.	9.940,00 m <sup>3</sup>
12.0	Forro de PVC liso para ambientes comerciais.	340,00 m <sup>2</sup>
13.0	Lastro de concreto magro, aplicado em piso, espessura 3 cm.	844,00 m <sup>2</sup>
14.0	Piso cimentado, traço 1:3, acabamento liso, espessura 2 cm.	365,00 m <sup>2</sup>
15.0	Piso em granilite marmorite ou granitina, espessura 8mm, incluso juntas de dilatação plástica.	490,00 m <sup>2</sup>
16.0	Revestimento cerâmico para paredes internas, placas tipo esmaltadas, 33x45 cm.	890,00 m <sup>2</sup>
17.0	Telhamento com telha cerâmica tipo canal.	304,00 m <sup>2</sup>

- d.1) Será admitido o somatório de até 2 (dois) atestados para comprovar cada item. Os atestados poderão ser apresentados da seguinte maneira:
    - Um ou dois atestados para cada item exigido; ou
    - Um ou dois atestados que contenham um ou mais itens exigidos.
  - d.2) Definem-se como obras similares: obras construtivamente afins às de casa de mel, residências, edifícios, praças, passarelas, currais, apriscos, estações de tratamento de esgotos, cercas.
  - d.3) Definem-se como obras de porte e complexidade similares àquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Projeto Básico – Anexo V, parte integrante deste TR;
  - d.4) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões), em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnico(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.
- d) Comprovação de que a licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional habilitado para a execução da obra em questão – Responsável Técnico pela Empresa – detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado obras de construção civil similares em porte e complexidade ao objeto desta licitação.
- d.1) Entende-se, para fins deste TR, como pertencente ao quadro permanente:
    - O empregado;
    - O sócio;
    - O detentor de contrato de prestação de serviço.
  - d.2) A licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro da licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.
  - d.3) Quando se tratar de dirigente ou sócio da licitante tal comprovação será através do ato constitutivo da mesma;
  - d.4) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

## **9. ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA OU ESTIMATIVA DE CUSTO, REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA.**

- 9.1. Os custos dos insumos, obras e serviços objeto destes Termos de Referência atendem ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, orçados de acordo com o valor abaixo:

Abatedouro de Caprinos e Ovinos do Município de Dormentes/PE no valor global de **R\$ 3.323.026,00 (três milhões, trezentos e vinte e três mil, vinte e seis reais).**

- 9.2. Estão inclusos no valor acima, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e orçamentação das obras e serviços constam da Planilha Orçamentária Detalhada – CODEVASF – Anexo VIII.
- 9.3. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI), Tabela de Preços da CODEVASF e Pesquisa de Mercado, na data-base de setembro/2018, não desonerado, atendendo ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos.

- 9.4. As despesas correrão à conta do Programa de Trabalho nº 15.244.2029.7K66.0026 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável Local Integrado – No Estado de Pernambuco – Emenda Parlamentar n.º 37890004 \ u001E \ u0002.

## 10. PRAZO DE EXECUÇÃO

- 10.1. O prazo máximo para execução do objeto deste TR é contado em dias, a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, conforme especificado abaixo, podendo ser prorrogado, mediante manifestação expressa das partes, justificadamente.

Município	Prazo de execução da obra (em dias)
Dormentes/PE	365 (trezentos e sessenta e cinco dias)

## 11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 11.1. Os pagamentos das obras e serviços de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais, dos serviços efetivamente executados, obedecendo os preços unitários apresentados pela CONTRATADA em sua proposta, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da CODEVASF, formalmente designada, e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes.

- 11.1.1. A CODEVASF somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.

- 11.1.2. Somente serão pagos os materiais e equipamentos instalados, assentados e utilizados, mediante atesto pelo fiscal do contrato.

- 11.1.3. Nos preços apresentados pela Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução das obras e dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

- 11.2. O pagamento da instalação do canteiro, mobilização e desmobilização será no valor apresentado na proposta da Licitante, respeitado o valor máximo constante da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada) – Anexo VIII que integra o presente TR, da seguinte forma:

- a) Instalação do canteiro/Escritório da obra: devidamente instalado/mobilizado e de acordo com o cronograma físico-financeiro proposto;
- b) Mobilização: serão medidos e pagos proporcionalmente ao efetivamente realizado.
- c) Desmobilização: após a total desmobilização, comprovada pela Fiscalização.

- 11.3. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) – será pago conforme o percentual de serviços executados (execução física) no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item, sendo que ao final da obra o item será pago 100%.

$$\%AM = \frac{\text{Valor da Medição Sem AM}}{\text{Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AM}}$$

- 11.3.1. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) terá como unidade, na Planilha de Custos, a medida “Unid.”, e será pago mensalmente o valor absoluto, com no máximo duas casas decimais, oriundo do produto entre o percentual da fórmula supracitada e o valor total da “AM”.

- 11.3.2. Caso haja atraso no cronograma, comprovadamente, por problemas gerados pela CODEVASF, será pago o valor total da Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM), calculado segundo a seguinte fórmula:

$$AM \text{ da medição} = \frac{\text{Valor Total da AM}}{\text{Número de meses do contrato previsto no cronograma físico vigente}}$$

- 11.3.3. O aditivo financeiro da Administração Local/Manutenção do canteiro de obras (AM) não está atrelado à prorrogação de prazo contratual. Seu acréscimo decorre apenas em virtude de acréscimos financeiros realizados ao contrato, por meio de aditivos de valor. Além disso, a CONTRATADA deverá demonstrar efetivamente o acréscimo da estrutura de Administração Local/Manutenção do canteiro de obras (AM), disponibilizada para execução dos serviços.
- 11.4. O cronograma físico-financeiro apresentado pela licitante deve atender às exigências deste TR e ser entendido como primeira estimativa de evento dos serviços objeto desta licitação. Com base nesse cronograma de licitação, será ajustado um cronograma de execução de acordo com a programação física e financeira existente por ocasião da emissão da ordem de serviço, ou durante a execução do contrato, desde que devidamente autuado em processo, contemporâneo à sua ocorrência (Art. 57 da Lei nº 8.666/93).

## 12. REAJUSTAMENTO

- 12.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula (desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = V \times [N1 \times (T1i - T1o) / T1o + N2 \times (T2i - T2o) / T2o + N3 \times (T3i - T3o) / T3o + N4 \times (T4i - T4o) / T4o]$$

Onde:

- R: valor do reajustamento
- V: valor a ser reajustado
- N1: Percentual de ponderação de serviços de obras Civis frente à totalidade dos serviços a executar.
- N2: Percentual de ponderação de serviços de Terraplanagem frente à totalidade dos serviços a executar.
- N3: Percentual de ponderação de serviços de Instalação e Manutenção frente à totalidade dos serviços a executar.
- N4: Percentual de ponderação de serviços de Fornecimento frente à totalidade dos serviços a executar.
- Ti: Refere-se à coluna 6 da FGV-INCC-ÍNDICE NACIONAL DO CUSTO DA CONSTRUÇÃO, código AO160868, correspondente ao mês de aniversário da proposta.
- To: Refere-se à coluna 6 da FGV-INCC-ÍNDICE NACIONAL DO CUSTO DA CONSTRUÇÃO, código AO160868, correspondente ao mês de apresentação da proposta.
- T2i: Refere-se à coluna 38 da FGV-TERRAPLANAGEM, código AO157956, correspondente ao mês de aniversário da proposta.
- T2o: Refere-se à coluna 38 da FGV-TERRAPLANAGEM, código AO157956, correspondente ao mês de apresentação da proposta.
- T3i: Refere-se à coluna 13 da FGV-MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, código AO159886, correspondente ao mês de aniversário da proposta.
- T3o: Refere-se à coluna 13 da FGV-MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA, código AO159886, correspondente ao mês de apresentação da proposta.
- T4i: Refere-se IPA-Origem-OG-DI-Produtos Industriais - Ind. De Transformação-Máq. E Equipamentos, código A1006825, correspondente ao mês de aniversário da proposta.
- T4o: Refere-se IPA-Origem-OG-DI-Produtos Industriais - Ind. De Transformação-Máq. E Equipamentos, código A1006825, correspondente ao mês de apresentação da proposta.

- 12.2. Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mes2} = \frac{I_{DB2}^{Mes2} \times I_{DB1}^{Mes1}}{100}$$

Sendo:

- $I_{DB1}^{Mes2}$  = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.
- $I_{DB2}^{Mes2}$  = Índice do mês de reajuste com a nova data base.
- $I_{DB1}^{Mes1}$  = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

12.3. Os valores a serem considerados, referentes aos fatores N1, N2, N3 e N4 são apresentados abaixo:

Lote	Município	N1	N2	N3	N4
Único	Dormentes/PE	0,6343 (63,43%)	0,1020 (10,20%)	0,1162 (11,62%)	0,1475 (14,75%)

### 13. FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado na forma do Art. 67 da Lei nº 8.666/93, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.

13.2. Fica assegurado aos técnicos da CODEVASF o direito de, a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

13.3. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, "in loco", como representante da CODEVASF, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços vedados no instrumento assinado pelas partes.

13.4. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

13.5. Checar se a CONTRATADA disponibilizou as instalações, equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.

13.6. Acompanhar a elaboração do "as built" (como construído) ao longo da execução dos serviços.

13.7. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela CODEVASF, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.

13.8. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.

13.9. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante sobre o andamento dos serviços, por meio do Relatório de Acompanhamento Físico da obra – RAF.

13.10. Efetuar os registros diários no Diário da Obra.



- 13.11. Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da CONTRATADA, no total ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 13.12. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela CONTRATADA.
- 13.13. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, ocorrências que possam gerar dificuldades à conclusão da obra ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data aprazada, com as devidas justificativas.
- 13.14. Rejeitar, no todo ou em parte, obra, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.
- 13.15. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.
- 13.16. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.
- 13.17. Encaminhar à Contratada cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.
- 13.18. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências quanto ao pagamento.
- 13.19. Receber e encaminhar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.
- 13.20. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.
- 13.21. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.
- 13.22. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da vigência do contrato, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.
- 13.23. Receber as etapas de obra, serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.
- 13.24. Informar ao Supervisor de Fiscalização, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.



- 13.25. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições, obras ou serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.
- 13.26. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, bem como o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, também quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.
- 13.27. Realizar vistorias na obra e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.
- 13.28. Acompanhar a execução da obra, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.
- 13.29. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.
- 13.30. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.
- 13.31. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.

#### **14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS**

- 14.1. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à CODEVASF, através da Fiscalização, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de 15 (quinze) dias da data da solicitação dos mesmos.
- 14.2. O recebimento definitivo do objeto, após a sua conclusão, obedecerá ao disposto nos artigos 73 a 76 da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.
- 14.3. A CODEVASF, por meio da fiscalização, terá 90 dias para verificar a adequação dos serviços recebidos com as condições contratadas, vistoriar os equipamentos disponibilizados e emitir parecer conclusivo sobre o empreendimento.
- 14.4. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.
- 14.5. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:
- a) Emissão, pela CODEVASF, do Atestado de Execução dos serviços;
  - b) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF); e
  - c) Liberação da Caução Contratual.
- 14.6. Aceitos e aprovados os serviços, a CODEVASF emitirá o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da prestação de garantia.
- 14.7. O Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF) está condicionado à emissão de Laudo Técnico pela CODEVASF sobre todos os serviços executados.

14.8.A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico de Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

## **15. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO**

15.1.A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá:

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

## **16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

16.1.A Contratada deverá executar a obra em conformidade com a Licença Ambiental.

16.2.A CONTRATADA deverá atender às diretrizes estabelecidas pelo Decreto nº 7.746, de 05/06/2012, que regulamentou o art. 3º da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, em seu art. 4º, que estabelece como diretrizes de sustentabilidade critérios e práticas para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável por meio das contratações realizadas pela administração pública federal direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais. São diretrizes de sustentabilidade, entre outras:

- a) Menor impacto sobre recursos naturais como flora, fauna, ar, solo e água;
- b) Preferência para materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local;
- c) Maior eficiência na utilização de recursos naturais como água e energia;
- d) Maior geração de empregos, preferencialmente com mão de obra local;
- e) Maior vida útil e menor custo de manutenção do bem e da obra;
- f) Uso de inovações que reduzam a pressão sobre recursos naturais; e
- g) Origem ambientalmente regular dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras.

16.3.Na execução da obra e serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- b) Deverá fazer o uso obrigatório de agregados reciclados nas obras contratadas, sempre que existir a oferta de agregados reciclados, capacidade de suprimento e custo inferior em relação aos agregados naturais.
- c) Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados, na fonte geradora, e a coleta seletiva do papel para reciclagem, promovendo sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, nos termos da IN MARE nº 6, de 3/11/95, e do Decreto nº 5.940/2006, ou outra forma de destinação adequada, quando for o caso.
  - c1) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- d) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
  - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
  - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
  - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
  - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
  - V) Realizar um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia

elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

- VI) Treinar e capacitar periodicamente os empregados em boas práticas de redução de desperdícios e poluição.
- e) Utilizar lavagem com água de reuso ou outras fontes, sempre que possível (águas de chuva, poços cuja água seja certificada de não contaminação por metais pesados ou agentes bacteriológicos, minas e outros);
  - f) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
  - g) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
  - h) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
    - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
    - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
    - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

16.4.A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:
  - b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
  - b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
  - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
  - b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil, ou do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as

normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004.”

16.5. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

16.6. Se houver a aquisição de bens, a CONTRATADA deverá observar os seguintes critérios de sustentabilidade ambiental, conforme a instrução normativa SLTI/MP nº 01/2010:

- a) Que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;
- b) Que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;
- c) Que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;
- d) Que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

## **17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

17.1. A CONTRATADA deverá apresentar à CODEVASF antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Identificação da área para construção de canteiro de obra e “layout” das instalações e edificações previstas, bem como área para implantação do laboratório de ensaios de campo, quando for o caso.
- b) Plano de trabalho detalhado para os serviços propostos e respectivas metodologias de execução, devendo ser complementado com desenhos, croquis ou gráficos elucidativos das fases de implantação, respeitando os prazos parcial e final para execução das obras. Na formulação do plano de trabalho proposto a CONTRATADA deverá considerar, necessariamente, as diretrizes, recomendações e exigências previstas no Plano de Controle Ambiental da Obra e outros Planos Ambientais decorrentes e o esquema organizacional da CONTRATADA para a obra.
  - b.1) Com base no pleno conhecimento das condições locais a CONTRATADA deverá apresentar declaração de procedência dos materiais a serem utilizados, tais como: areia, brita, pedra, indicando, quando não especificado no projeto básico, sua localização e

distância de transporte posto obra, inclusive quanto ao fornecimento de água para manutenção do canteiro.

- c) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima.
- d) Relação dos serviços especializados que serão subcontratados, considerando as condições estabelecidas no item 6.3.
- e) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
- f) Autorização dos órgãos competentes para escavação.
- g) Declaração, nota fiscal ou proposta do fabricante/distribuidor comprovando preços, com garantia de fornecimento, dos principais insumos.

17.2.A Contratada deverá ser responsável pela instrução e condução dos processos de liberações de jazidas, bota-fora, autorizações de limpeza ou desmate.

17.3.Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

17.4.Manter no local da obra durante todo o período de execução em regime permanente no mínimo 01 (um) técnico de segurança do trabalho, portador de comprovação de registro profissional expedido pelo Ministério do Trabalho e Emprego e caso necessário disponibilizar outros profissionais, conforme disposto na NR4.

17.5.Manter em local visível no canteiro de obras cópia da Licença Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.

17.6.Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas à execução das obras.

17.6.1. Ao final dos serviços as instalações do canteiro de obra deverão ser demolidas e as áreas devidamente recuperadas, conforme as recomendações básicas para proteção ambiental.

17.6.2. Realizar e executar o Plano de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas (PRAD) das áreas onde forem realizadas intervenções em função da obra.

17.7.Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília/DF ou Superintendências Regionais.

17.8.Instalar e manter, sem ônus para a CODEVASF, no canteiro de obras, um escritório e os meios necessários à execução da fiscalização e medição dos serviços por parte da CODEVASF, para uso exclusivo da Fiscalização da CODEVASF, com área mínima de 16 m², contendo: mesa, cadeiras, armários, ponto de internet, computador, impressora, máquina fotográfica digital 16 megapixel e telefone fixo, bem como, materiais de escritório necessários à operação dos equipamentos e desempenho das atividades pelo período correspondente ao da execução dos serviços, sendo que ao final das obras todos os materiais não utilizados e equipamentos serão devolvidos à CONTRATADA.

17.9.Disponibilizar para a equipe da Fiscalização da CODEVASF, com vistas ao atendimento das necessidades da obra, os equipamentos para laboratório de controle tecnológico de concreto e aterros, inclusive manutenção e pessoal de apoio para controle de qualidade dos materiais e serviços objetos deste Termo, os quais serão devolvidos à CONTRATADA ao final da execução das obras e serviços de engenharia.



- 17.10. Todas as despesas para a realização dos serviços de controle tecnológico e medições, tais como os equipamentos de topografia, dos laboratórios de controle tecnológico de geotecnia e concreto, inclusive manutenção e pessoal de apoio e execução, deverão estar contempladas na proposta no preço estabelecido para a instalação e manutenção do canteiro de obras, sendo que ao final das obras todos os equipamentos serão devolvidos à CONTRATADA.
- 17.11. Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nas obras e serviços de engenharia objeto do contrato, inclusive os traços dos concretos a serem utilizados.
- 17.12. Salvo disposições em contrário que constem do termo de contrato, os ensaios, testes, exames e provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto correrão por conta da CONTRATADA e, para garantir a qualidade da obra, deverão ser realizados em laboratórios aprovados pela fiscalização.
- 17.13. Deverá ser disponibilizado para a equipe de Fiscalização da CODEVASF 01 (um) veículo tipo utilitário leve, em estado de novo, de no máximo dois anos de fabricação, para essa finalidade, de cor preferencialmente branca, com os dizeres conforme especificação da CODEVASF, sendo que ao final das obras o veículo será devolvido à contratada.
- 17.14. Ficará a contratada responsável pela cobertura das despesas com seguros, combustível e serviços gerais de manutenção do veículo previsto acima, durante todo o período de execução das obras/serviços e fornecimentos, sendo que os custos das despesas estão previstos na planilha orçamentária.
- 17.15. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços e fornecimentos.
- 17.16. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução das obras e serviços de engenharia.
- 17.17. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local ou decorrente da execução do objeto desta licitação, bem como pelos danos a que vier causar à CODEVASF e a terceiros.
- 17.18. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local das obras, inclusive dos barracões e instalações.
- 17.19. A Contratada deverá manter a vigilância das unidades como elevatórias, barracão, galpão, reservatórios, cercas, ETE, pavimentação e outras até o recebimento definitivo pela Codevasf com a emissão do Termo de Recebimento Final – TEF. Os custos de vigilâncias correrão por custas da Contratada no período de recebimento provisório, não sendo possível o ressarcimento pela Codevasf.
- 17.19.1. A data de transferência da guarda e vigilância das unidades e equipamentos deverá ser realizada através de ATA entre a Contratada, Município e Fiscalização da Codevasf determinando o marco inicial e responsabilidades.
- 17.20. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução das obras e serviços de engenharia dentro do prazo contratual.
- 17.21. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a CODEVASF, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.
- 17.22. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os



materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA do local de execução das obras e serviços de engenharia.

- 17.23. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.
- 17.24. A CONTRATADA deverá manter um Preposto, aceito pela CODEVASF, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado (art. 68 da Lei 8.666/93).
- 17.25. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.
- 17.26. Responsabilizar-se, desde o início dos serviços até o encerramento do contrato, pelo pagamento integral das despesas do canteiro referentes à água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 17.27. No momento da desmobilização, para liberação da última fatura, faz-se necessária a apresentação da certidão de quitação de débitos, referente às despesas com água, energia, telefone, taxas, impostos e quaisquer outros tributos que venham a ser cobrados.
- 17.28. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da CODEVASF.
- 17.29. Na hipótese de eventuais Termos Aditivos, que venham acrescentar o valor da contratação, a CONTRATADA deverá reforçar a caução inicial durante a execução dos serviços contratados, de forma a totalizar sempre 5,0% (cinco por cento) do valor vigente do contrato (preços iniciais mais aditivos e reajustamentos quando aplicável).
- 17.30. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.
- 17.31. A CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização toda a mobilização de pessoal e equipamentos, quando da chegada à obra, a qual deverá ser devidamente anotada no Diário de Obras, para acompanhamento e controle da CODEVASF.
- 17.32. Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.
- 17.33. A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.
- 17.34. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.
- 17.35. Durante a execução dos serviços e obras, caberá à CONTRATADA as seguintes medidas:
- a) Instalar e manter no canteiro de obras 01 (uma) placa de identificação da obra, com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pela obra com a respectiva ART,

nº do Contrato e contratante (CODEVASF), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971.

- i. A placa de identificação das obras e serviços deve ser no padrão definido pela CODEVASF e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na publicação Instruções para a Preparação de Placas de Obras Públicas, anexas aos TR, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe – Anexo VI.
- b) Obter junto à Prefeitura Municipal correspondente o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor.
- c) Manter no local das obras e serviços de engenharia um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de-obra, etc., como também, reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela CONTRATADA em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão das obras e serviços de engenharia.
- d) Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantir a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.
- e) Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução das obras e serviços de engenharia.
- f) Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

17.36. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para a execução das obras e serviços de engenharia objeto da presente licitação atender ainda às seguintes normas complementares:

- a) Projetos, Normas complementares e demais Especificações Técnicas;
- b) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da CODEVASF;
- c) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança; e
- d) Instruções e resoluções dos órgãos do sistema CREA-CONFEA.

17.37. A contratada deverá, sempre que necessário, comunicar-se formalmente com a CODEVASF. Mesmo as comunicações via telefone devem ser ratificadas formal e posteriormente, através do email institucional da fiscalização do contrato, bem como as informações mais extensas e/ou transferências de arquivos.

17.38. Ao final dos serviços a Contratada deverá apresentar na medição final uma declaração ou termo de recebimento do município atestando e aprovando a recuperação ou recomposição de pavimento.

17.39. A Contratada deverá realizar todos os testes elétricos e hidráulicos na vistoria de entrega à Codevasf, caso seja necessário gerador, os custos de mobilização, desmobilização e aluguel do equipamento serão responsabilidade da Contratada.

17.40. As estruturas de concreto como reservatórios, tanques, esterqueiras ou lagoas deverão ser entregues com água e estanques.

## **18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF**

18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste TR.

18.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

18.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.

18.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.

18.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber as obras e serviços contratados.

18.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

## **19. CONDIÇÕES GERAIS**

19.1. O resultado do fornecimento e execução dos serviços objeto do certame licitatório, incluindo os desenhos originais, as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto das obras, serão de propriedade da CODEVASF, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.

19.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

## **20. ANEXOS**

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I: Justificativas;
- Anexo II: Termo da Proposta;
- Anexo III: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços;
- Anexo IV: Detalhamento dos Encargos Sociais e BDI;
  - Detalhamento dos Encargos Sociais (PO-XIV) – Horista e Mensalista;
  - Detalhamento do BDI – (PO-XV) – Serviços;
  - Detalhamento do BDI – (PO-XV) – Fornecimento.
- Anexo V: Desenhos e memoriais;
- Anexo VI: Manual de Uso da Marca do Governo;
- Anexo VII: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Resumida);
- Anexo VIII: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada).

**Anexo I: Justificativas**

**Finalidade:** este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade da obra ou serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui depois de relacionadas passam a integrar o TR.

**Justificativas:****Da necessidade da contratação**

O processo licitatório se justifica por se tratar de empreendimento de interesse público, que é demanda antiga e recorrente dos produtores de caprinos e ovinos do município de Dormentes/PE, que têm nesta atividade econômica, uma vocação histórica consolidada.

Desejam de há muito a implantação do equipamento para que possam fomentar a geração de trabalho e renda na comunidade, que vê os recursos gerados pela Capri ovinocultura serem melhor aproveitados por agentes externos e alheios ao município e interesses dos produtores.

Nas atuais condições, os criadores precisam fazer o transporte vivo dos animais que se destinam ao abate até a cidade de Petrolina/PE ou Juazeiro/BA, o que já demanda desembolso de imediato.

No abatedouro de destino, precisam ainda pagar valores entre R\$ 35,00 (trinta e cinco) e R\$ 40,00 (quarenta) reais/animal abatido, que representa outro custo adicional aos produtores.

Precisam após a negociação, retornar à cidade de origem (Dormentes/PE), o que representa novo custo ao produtor.

Não bastassem esses gastos, o produtor perde a receita pela venda da pele do animal.

Há ainda uma sub exploração da carcaça do animal, à medida que recebem pelo animal, apenas o valor corresponde ao peso bruto da carcaça multiplicado pelo custo unitário da carne, sem poderem realizar cortes especiais de maior valor agregado.

Além do desembolso financeiro que precisam realizar à concretização da negociação, há uma cadeia potencial que não pode ser explorada, pois os produtos secundários da carcaça (pele, vísceras, sangue e outros) não ficam no município.

A implantação do equipamento permitirá a geração de trabalho e renda na comunidade, evitará gastos com transporte, custos administrativos dos abatedouros externos, desenvolvimento de curtiúme e outros.

Devido à vocação e elevada capacidade de produção de caprinos e ovinos do município de Dormentes, o abatedouro está dimensionado para até 100 abates/dia.

A localização geográfica é outro diferencial competitivo do município, que tanto pode vender suas carnes ao consolidado mercado consumidor de Petrolina e Juazeiro, quanto ampliar mercados ao Piauí e norte da Bahia.

**Do regime de execução:**

O regime de execução adotado será o de Empreitada por Preços Unitários, ou seja, o preço certo de unidades determinadas, onde o pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela contratada.

**Da participação de consórcios:**



## Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

Não será permitida. A logística necessária para cumprimento do objeto **não** exige o envolvimento de empresas com diferentes especialidades, sendo conseqüentemente **impertinente** a formação de consórcios, com intuito de reforçar a capacidade técnica e financeira do Licitante.

**Do Critério de Julgamento:** **Maior Desconto**, de acordo com o Art. 18 da Lei n.º 12.462/2011.

**Garantia de Execução (caução):** É necessário para fins de emissão da Ordem de Serviço que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato



## Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

### Anexo II: Termo da Proposta

#### TERMO DA PROPOSTA

##### DADOS DO PROPONENTE

RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

FONE/FAX:

À

CODEVASF

SGA/Norte, Quadra 601, Conjunto I

CEP 70.830.901 – Brasília-DF.

Prezados Senhores,

Tendo examinado o Edital n.º \_\_\_\_/2018 e seus elementos técnicos constitutivos, nós, abaixo-assinados, oferecemos proposta para execução das obras e serviços relativos à implantação do abatedouro de caprinos e ovinos do município de Dormentes, no Estado de Pernambuco, pelo valor global R\$ \_\_\_\_\_, \_\_\_\_ (VALOR TOTAL POR EXTENSO, EM REAIS) ou pelo percentual de desconto \_\_\_\_%, de acordo com a planilha de preços em anexo, que é parte integrante desta proposta.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a executar os serviços no prazo fixado no Edital e conforme Especificações Técnicas, a contar da data da assinatura do contrato.

Caso nossa proposta seja aceita, obteremos garantia de um Banco num valor de 5% (cinco por cento) do valor do Contrato, para a realização do contrato.

Comprometendo-nos, se nossa proposta for aceita, a realizar o serviço no prazo de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura do Contrato.

Concordamos em manter a validade desta proposta por um período de 60 (sessenta) dias desde a data fixada para abertura das propostas, ou seja, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_, representando um compromisso que pode ser aceito a qualquer tempo antes da expiração do prazo.

Até que seja preparado e assinado um contrato formal, esta proposta será considerada um contrato de obrigação entre as partes.

Na oportunidade, credenciamos junto à CODEVASF o Sr. \_\_\_\_\_, carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_, Órgão Expedidor \_\_\_\_\_, ao qual outorgamos os mais amplos poderes inclusive para interpor recursos, quando cabíveis transigir, desistir, assinar atas e documentos e, enfim, praticar os demais atos no presente processo licitatório.

Declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação em causa.

Declaramos, ainda, nossa plena concordância com as condições constantes no presente Edital e seus anexos e que nos preços propostos estão inclusos todos os tributos incidentes sobre as obras/serviços e fornecimentos.

Atenciosamente,

\_\_\_\_\_  
FIRMA LICITANTE/CNPJ

\_\_\_\_\_  
ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL





## Ministério da Integração Nacional

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

### Anexo III: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços

#### MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

A Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrita no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas as obras, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução das obras, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, \_\_\_\_/\_\_\_\_/2018

\_\_\_\_\_  
Assinatura do representante legal

Nome: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_

**Anexo IV: Detalhamento dos Encargos Sociais e BDI**
**Encargos Sociais**

<b>DETALHAMENTO DOS ENCARGOS SOCIAIS</b>							
DISCRIMINAÇÃO				COM DESONERAÇÃO		SEM DESONERAÇÃO	
				HORISTA	MESALISTA	HORISTA	MESALISTA
<b>A</b>	<b>GRUPO A</b>						
A1	INSS			0,00%	0,00%	20,00%	20,00%
A2	Sesi			1,50%	1,50%	1,50%	1,50%
A3	Senai			1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
A4	Incra			0,20%	0,20%	0,20%	0,20%
A5	Sebrae			0,60%	0,60%	0,60%	0,60%
A6	Salário Educação			2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
A7	Seguro Contra Acidente de Trabalho			3,00%	3,00%	3,00%	3,00%
A8	FGTS			8,00%	8,00%	8,00%	8,00%
A9	Seconci			0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
<b>SUBTOTAL DE "A"</b>				<b>16,80%</b>	<b>16,80%</b>	<b>36,80%</b>	<b>36,80%</b>
<b>B</b>	<b>GRUPO B</b>						
B1	Repouso Semanal Remunerado			18,08%	NÃO INCIDE	18,08%	NÃO INCIDE
B2	Feriados			4,34%	NÃO INCIDE	4,34%	NÃO INCIDE
B3	Auxílio - Enfermidade			0,92%	0,70%	0,92%	0,70%
B4	13º Salário			10,94%	8,33%	10,94%	8,33%
B5	Licença Paternidade			0,07%	0,05%	0,07%	0,05%
B6	Faltas Justificadas			0,73%	0,56%	0,73%	0,56%
B7	Dias de Chuvas			2,28%	NÃO INCIDE	2,28%	NÃO INCIDE
B8	Auxílio Acidente de Trabalho			0,11%	0,08%	0,11%	0,08%
B9	Férias Gozadas			8,90%	6,78%	8,90%	6,78%
B10	Salário Maternidade			0,03%	0,02%	0,03%	0,02%
<b>SUBTOTAL DE "B"</b>				<b>46,40%</b>	<b>16,52%</b>	<b>46,40%</b>	<b>16,52%</b>
<b>C</b>	<b>GRUPO C</b>						
C1	Aviso Prévio Indenizado			5,65%	4,31%	5,65%	4,31%
C2	Aviso Prévio Trabalhado			0,13%	0,10%	0,13%	0,10%
C3	Férias Indenizadas			5,08%	3,87%	5,08%	3,87%
C4	Depósito Recisão Sem Justa Causa			5,06%	3,85%	5,06%	3,85%
C5	Indenização Adicional			0,48%	0,36%	0,48%	0,36%
<b>SUBTOTAL DE "C"</b>				<b>16,40%</b>	<b>12,49%</b>	<b>16,40%</b>	<b>12,49%</b>
<b>D</b>	<b>GRUPO D</b>						
D1	Reincidência de Grupo A sobre Grupo B			7,80%	2,78%	17,08%	6,08%
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado			0,47%	0,36%	0,50%	0,38%
<b>SUBTOTAL DE "D"</b>				<b>8,27%</b>	<b>3,14%</b>	<b>17,58%</b>	<b>6,46%</b>
<b>TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS</b>				<b>87,87%</b>	<b>48,95%</b>	<b>117,18%</b>	<b>72,27%</b>

**PO-XIV - Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista (preenchido)**
**PO-XVa - Detalhamento do BDI - Serviços**
**PO-XVb - Detalhamento do BDI – Fornecimento**
**PO-XIV – Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista – Não Desonerado**

NOME DA CONCORRENTE:		
OBJETO:	EDITAL _____/2018	FOLHA ____/____

DISCRIMINAÇÃO		HORISTA	MENSALISTA
		%	%
<b>A</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS</b>		
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidente de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI		
SUBTOTAL DE "A":		<b>36,80</b>	<b>36,80</b>
<b>B</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>		
B1	Repouso Semanal Remunerado	18,08	Não incide
B2	Feriados	4,34	Não incide
B3	Auxílio-Enfermidade	0,92	0,70
B4	13º Salário	10,94	8,33
B5	Licença Paternidade	0,07	0,05
B6	Faltas Justificadas	0,73	0,56
B7	Dias de Chuva	2,28	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11	0,08
B9	Férias Gozadas	8,90	6,78
B10	Salário Maternidade	0,03	0,02
SUBTOTAL DE "B":		<b>46,40</b>	<b>16,52</b>
<b>C</b>	<b>ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"</b>		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,65	4,31
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13	0,10
C3	Férias Indenizadas	5,08	3,87
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	5,06	3,85
C5	Indenização Adicional	0,48	0,36
SUBTOTAL DE "C":		<b>16,40</b>	<b>12,49</b>
<b>D</b>	<b>REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO</b>		
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	17,08	6,08
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,50	,38
SUBTOTAL DE "D":		<b>17,58</b>	<b>6,46</b>
TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS:		<b>117,18</b>	<b>72,27</b>

**PO-XVa – Detalhamento do BDI – Serviços – Sem Desoneração**
**BDI de Serviços**

<b>DETALHAMENTO DO BDI - SERVIÇOS</b>			
<b>SEM DESONERAÇÃO</b>			
<b>Item</b>	<b>Descrição dos serviços</b>	<b>Preço de Venda (%)</b>	<b>Custo Direto (%)</b>
<b>1</b>	<b>Administração Central (A)</b>		<b>4,00%</b>
<b>2</b>	<b>Impostos e Taxas (I)</b>	<b>6,65%</b>	
2.1	ISS	3,00%	
2.2	PIS	0,65%	
2.3	Cofins	3,00%	
<b>3</b>	<b>Risco, seguro e garantia (R)</b>		<b>1,50%</b>
3.1	Risco		1,00%
3.2	Seguro + Garantia		0,50%
<b>4</b>	<b>Despesas Financeiras (DF)</b>		<b>0,99%</b>
<b>5</b>	<b>Lucro (L)</b>		<b>5,50%</b>
<b>BDI* (%)</b>			<b>20,41%</b>
<b>BDI (%) - ADOTADO</b>			<b>20,40%</b>
AC =	taxa de rateio da Administração Central		4,00%
I =	taxa de tributos		6,65%
R =	taxa de risco, seguro e garantia		1,50%
DF =	taxa das despesas financeiras		0,99%
L =	taxa de lucro		5,50%

**PO-XVb – Detalhamento do BDI – Fornecimento – Sem Desoneração**
**BDI de Materiais**

DETALHAMENTO DO BDI - SERVIÇOS			
SEM DESONERAÇÃO			
Item	Descrição dos serviços	Preço de Venda (%)	Custo Direto (%)
1	Administração Central (A)		2,50%
2	Impostos e Taxas (I)	3,65%	
2.1	ISS	0,00%	
2.2	PIS	0,65%	
2.3	Cofins	3,00%	
2.4	CPRB	0,00%	
3	Risco, seguro e garantia (R)		1,40%
3.1	Risco		0,90%
3.2	Seguro + Garantia		0,50%
4	Despesas Financeiras (DF)		0,89%
5	Lucro (L)		3,50%
BDI* (%)			12,60%
BDI (%) - ADOTADO			12,60%
AC =	taxa de rateio da Administração Central		2,50%
I =	taxa de tributos		3,65%
R =	taxa de risco, seguro e garantia		1,40%
DF =	taxa das despesas financeiras		0,89%
L =	taxa de lucro		3,50%

Página 1



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura**

**Anexo V: Desenhos e memoriais**

**DESENHOS E MEMORIAIS – NORMAS/ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO - DVD)**





## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura**

**Anexo VI: Manual de Uso da Marca do Governo**

**Manual de Uso da Marca do Governo Federal**  
**Obras (Modelo de Placas CODEVASF)**

**(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)**



## **Ministério da Integração Nacional**

**Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba**  
**Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura**

**Anexo VII: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Resumida)**

**PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA**  
**(PLANILHA ORÇAMENTÁRIA RESUMIDA)**

**(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)**

**Anexo VIII: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada)**

**PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA  
(PLANILHA ORÇAMENTÁRIA DETALHADA)**

**(GRAVADO EM ARQUIVO SEPARADO)**